

Divinópolis/MG, 13 de Março de 2018

Servidores de Santo Antônio do Monte e Bom Despacho irão definir pauta da Campanha Salarial 2018 essa semana

Diretoria ressalta importância da participação dos trabalhadores municipais

O calendário de assembleias do Sintram para definição da Campanha Salarial de cidades de sua representação continua a todo vapor. Algumas cidades como Divinópolis, Luz, Carmo do Cajuru, Cláudio, Itapeverica já foram definidas as pautas de reivindicação do funcionalismo e a diretoria do sindicato já está em negociação ou aguarda confirmação de agenda com os prefeitos municipais. Nesta semana, a agenda será com os servidores de Santo Antônio do Monte na quarta-feira dia (14) e na quinta-feira (15) em Bom Despacho.

As assembleias serão realizadas nas Câmaras Municipais das cidades, sendo que a primeira chamada da convocação está marcada para às 17h30 e segunda chamada às 17h45. O dirigente sindical, Eduardo Parreira, que é o coordenador dos trabalhos sindicais do Sintram em Bom Despacho e Santo Antônio do Monte ressalta a importância da participação dos servidores no debate. “As datas bases das cidades da nossa atuação elas, predominantemente, acontecem no mês de março, então por isso a gente realizada neste mês as assembleias. Essa semana nós temos o compromisso com Santo Antônio do Monte e Bom Despacho. Esperamos que realmente o servidor participe para que possamos alcançar o interesse deles próprios” disse, o dirigente.

A presidente Luciana Santos ressaltou a preocupação do Sintram em cumprir o papel de defesa dos servidores municipais. “A Campanha Salarial é o principal momento da luta sindical, é nesta assembleia que o servidor tem a oportunidade de junto aos demais colegas traçar melhorias e avanços na relação trabalhista, para que o sindicato possa negociar com os prefeitos.



Qual o objetivo da Campanha Salarial?

A Campanha Salarial é o momento mais importante na relação “Trabalhador X Sindicato”. Isso ocorre porque é na Campanha Salarial que o sindicato abre a discussão sobre temas que envolvem os salários e as carreiras do funcionalismo, como por exemplo: a recomposição das perdas da inflação; o ganho real, melhores condições de trabalho, etc. O espaço é livre também para registro de problemas, opiniões, sugestões e críticas, que exigem a atuação do Sintram.

O servidor que não participa, o que ele perde com isso?

Ao não participar, o servidor perde a oportunidade de expressar sua opinião e voto e prejudica a si próprio e a toda a categoria. Se poucos se interessam em defender seus direitos ou mesmo ampliá-los, muitos menos irá se interessar o Executivo Municipal ao ver que os servidores municipais estão desunidos e desinteressados.



Toda negociação avança quando é feita com união e participação de seus trabalhadores, então faça sua parte e esteja presente nesse importante debate.

*“Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”,
Geraldo Vandré*

Juntos somos fortes!



Então o trabalhador tem que valorizar essa oportunidade e se fazer presente e acompanhar todo o processo. Como sempre frisamos o sindicato não é só a diretoria, mas sim o corpo de trabalhadores interessados na luta e nas melhorias salariais, valorização e condições de trabalho”, explicou.

Supremo já soma 20 ações contra mudanças da reforma trabalhista

O fim da contribuição sindical obrigatória é o tema da 20ª ação ajuizada no Supremo Tribunal Federal questionando dispositivos da Lei 13.467/2017. Para a federação que representa trabalhadores de limpeza urbana e conservação (Fenascon), é inconstitucional permitir que cada empregado decida se vai ou não ajudar a entidade da categoria.

A Fenascon afirma que, como o repasse é a principal receita do sistema sindical brasileiro, retirar a principal fonte de custeio é o mesmo que retirar os poderes dos sindicatos, “já que impossível a atuação sem recursos”.

A contribuição facultativa é criticada, ao todo, em 14 processos em andamento no STF, sob a relatoria do ministro Edson Fachin. Todas elas alegam que a verba tem natureza jurídica tributária e, por isso, só poderia ser modificada por meio de lei complementar.

A Fenascon também repete o argumento de que é preciso liminar para suspender imediatamente os efeitos das novas regras, diante do risco de que

“a demora natural do curso do processo” comprometa a manutenção de entidades do setor. Fachin, porém, já decidiu em outros processos que os argumentos serão tratados pelo Plenário diretamente no mérito. **Fonte: Conjur**



'Nova reforma da Previdência será muito mais dura', diz relator do projeto

Relator do projeto de reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, o deputado federal Arthur Maia (PPS-BA) disse nesta segunda (12) que a próxima proposta de alteração nas aposentadorias será muito mais dura do que a atual, suspensa após o decreto de intervenção federal na área de Segurança do Rio.

“A reforma que será feita não será a reforma do meu parecer. Será uma reforma muito mais dura e profunda”, afirmou ele, em entrevista após participar de seminário sobre o tema no Rio. A proposta atual não pode ser votada enquanto durar a intervenção.

Ele diz que, com força eleitoral, o novo presidente da República poderá propor mais mudanças mais profundas. “Esse governo tem limitações, tanto por não ter sido eleito, quanto pelas denúncias [sobre o presidente Temer]”, analisou Maia.

Maia reconheceu que o governo não tinha votos para a provar o texto em fevereiro e disse que a proximidade com as eleições dificultaria ainda mais o trabalho de convencimento da base aliada. A

intervenção foi decretada na sexta (16) anterior à semana em que a reforma seria discutida na Câmara dos Deputados.

Mas ele afirmou acreditar que o tema será predominante no debate eleitoral e que uma nova proposta deverá ser debatida logo no início do novo mandato presidencial. “Depois da eleição é outro planeta. Vai ser completamente diferente.”

No evento, o secretário de Previdência Social do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, descartou a possibilidade de mudanças parciais na Previdência enquanto a intervenção no Rio for mantida.

Segundo ele, os dois pontos principais da reforma – a idade mínima para aposentadoria e a convergência entre os regimes do setor privado e o dos servidores – necessitam de emenda constitucional.

“A posição do governo é que a reforma é prioritária, mas enquanto houver intervenção, não dá para votar”, afirmou.

Fonte: Folha de São Paulo

Vagas de janeiro indicam início de 'precarização formal' com reforma

O governo comemorou recentemente o crescimento do emprego formal e o melhor janeiro desde 2012. No primeiro mês do ano, tradicionalmente fraco para o mercado de trabalho, a economia brasileira registrou um saldo positivo de 77.822 vagas com carteira assinada. No entanto, parte das novas vagas é de qualidade duvidosa. Embora formais, foram 2.860 contratos intermitentes e 4.982 com jornada parcial, que é aquela que não atinge as 40 horas semanais. O saldo nestas modalidades foi de 2.461 e 1.497, respectivamente, 5% do resultado positivo de janeiro.

Fato que o número ainda é pequeno, mas indica uma tendência de “legalização da precarização”, como explica o diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio. Para ele, existe um cenário que se desenha de uma precarização formal, de um trabalho de uma qualidade pior mesmo que com carteira assinada. “O aprendizado [sobre novas formas de contratação] começa a acontecer e as empresas vão, gradativamente ampliando. Eu creio que é progressivo”, afirma.

No escopo do que o governo federal chama de “modernização trabalhista”, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, mostram também que em janeiro houve 9.356 desligamentos mediante acordos entre patrões e empregados, com a contratação de 7.842 trabalhadores nas novas modalidades previstas na reforma trabalhista.

O número não é relevante considerando o contingente de trabalhadores com carteira assinada, 33,3 milhões de pessoas, segundo os dados mais recentes do IBGE, mas indica tendência, como pondera Clemente. “Há dúvidas de se a Justiça vai questionar ou se os trabalhadores irão reagir. Não acho que as empresas vão sair mudando tudo agora, mas esse movimento começa a acontecer. Por enquanto um número pequeno (em relação a população ocupada), mas é a sinalização de que ele começa a aparecer.”

Como já era esperado, o comércio liderou na contratação, mesmo considerando que janeiro é um mês de vendas mais fracas. As vagas para assis-



tente de vendas responderam por 17,6%. Outra característica da contratação intermitente é atingir os trabalhadores mais jovens e de qualificação média. Do total de admitidos de forma intermitente em janeiro, 47% foi de jovens de até 29 anos e 75% com o ensino médio com ensino médio completo.

No trabalho parcial destaque, além do comércio, para a educação. Do saldo de vagas de jornada parcial de janeiro, o comércio respondeu por 18% e a educação com 12%.

“Creio que trabalho intermitente é um recurso para ser usado mais intensivamente no comércio e nos serviços. Já o contrato por prazo determinado é mais propício para a indústria. Jornada parcial pode ser para escolas. Cada um pode usar de forma mais intensiva um tipo ou outro de contrato, segundo o tipo de relação que for colocada”, explica Clemente.

A precarização se reflete numa importante estatística do IBGE, a subutilização da mão de obra. De acordo com os dados mais recentes, 23,6% de trabalhadores brasileiros eram subutilizados ao fim de 2017. São considerados subocupados aqueles que trabalham menos de 40 horas por semana e gostariam – ou precisam – de trabalhar mais.

Por tratar-se de regras novas, ainda em teste pelos empregadores, ainda não é possível medir o impacto das contratações em jornadas parciais na subutilização da mão de obra brasileira, mas confirmada a tendência, o provável é que a desocupação por insuficiência de horas atinja cada vez mais trabalhadores, elevando a força de trabalho desperdiçada pela economia brasileira.

Fonte: Carta Capital

Propostas que fortalecem os direitos das mulheres estão na pauta da CCJ

Projetos considerados prioritários pela bancada feminina do Senado, como o que inclui a agressão de namorado na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), estão na pauta da reunião desta quarta-feira (14) da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Apresentada pela deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), a proposta em questão (PLC 16/2011) tem por objetivo acabar com uma divergência antiga de interpretação sobre a Lei Maria da Penha, ao definir de forma clara que o namoro, atual ou terminado, configura relação íntima de afeto para fim de proteção da mulher contra a violência doméstica e familiar.

O projeto recebeu voto favorável do relator, Magno Malta (PR-ES). Segundo o senador, enquanto alguns juízes entendem que a legislação vale para todos os casos de violência contra a mulher, outros têm visão mais restritiva, considerando que a norma somente se aplica a relacionamentos estáveis.

Na CCJ, a matéria está em análise em caráter terminativo, ou seja, se aprovada e não for apresentado recurso ao Plenário do Senado, seguirá para a Câmara dos Deputados.

MULHERES CONDENADAS

Outra proposta da agenda, que tem ganhado força e prioridade com as comemorações do Dia Internacional da Mulher, é o PLS 64/2018, da senadora Simone Tebet (PMDB-MS). O projeto flexibiliza as penas de mães e gestantes condenadas. A proposta torna lei a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), divulgada no dia 20 de fevereiro, que concedeu prisão domiciliar para gestantes e mães de crianças até 12 anos presas preventivamente.

A determinação da Corte, contudo, não vale para as condenadas pela Justiça. Segundo Simone Tebet, a decisão do STF “foi tímida” ao não abranger a situação das mães que cumprem pena privativa de liberdade. Por esse motivo, a senadora consi-



dera o projeto um avanço na legislação, já que traz previsões para as mulheres condenadas.

A proposta também receberá decisão final da CCJ e conta com o apoio do relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

AMAMENTAÇÃO

Outras propostas consideradas prioritárias pela bancada feminina do Senado e que podem ser votadas na quarta são o PLS 514/2015, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que torna crime a violação do direito à amamentação em público; e o PLS 308/2016, de Elmano Férrer (PMDB-PI), que obriga profissionais de saúde a notificarem às autoridades policiais, em até cinco dias do atendimento, casos de violência doméstica.

BOTÃO DO PÂNICO

Também estão na pauta para votação o PLS 119/2015, que estabelece a utilização em todo o país de equipamento que aciona a polícia automaticamente em caso de ameaça de violência contra mulheres, conhecido como “botão do pânico”; e o PLS 233/2013, do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que reserva vagas, sem custos, nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Fonte: Agência Senado